



Alfredo Campos (esq.) e Nelson Carneiro, mesmo adversários, conversam no plenário que querem presidir

Em jogo, três prédios e 5 mil funcionários 37

RITA NARDELLI

O futuro presidente do Senado terá sob sua responsabilidade, em última instância, um total de quase 5 mil funcionários, distribuídos entre os servidores da própria Casa — cerca de 3.200 — e dos dois órgãos a ela vinculados: o Cegraf — centro gráfico, com 1.182 servidores — e o Prodasen — serviço de processamento de dados, com aproximadamente 380.

Com 70 mil metros de área construída, o Senado compõe-se de um edifício principal e dois anexos, nos quais estão distribuídos os gabinetes, o serviço médico, um amplo auditório, um restaurante, uma barbearia, as comissões, o serviço de transportes, agências do Banco do Brasil, da Empresa de Correios e Telégrafos e da Vasp.

Também integram o conjunto, a Unidade de Apoio, onde funcionam serralheria, marcenaria, depósito do patrimônio, almoxarifado e a seção de eletricidade, três blocos residenciais nas SQS 309 e a residência oficial do presidente, na Península dos Ministros, no Lago Sul.

A gráfica e o Prodasen não estão incluídos na área construída do Senado. O Cegraf tem mais 67 mil metros quadrados e é responsável pela impressão dos três jornais do Poder Legislativo — diários do Congresso, da Câmara e do Senado —, pelos anais, pelos relatórios das comissões permanentes, especiais, mistas e de inquérito, e pelos avulsos das proposições legislativas. A gráfica atende ao Senado, à Câmara e a outros órgãos públicos, mediante convênio.

QUEM SÃO

O senador Alfredo Campos iniciou a sua vida parlamentar em 1983, como suplente de Tancredo Neves, que assumiu o governo de Minas Gerais. Antes de chegar ao Senado, Campos não havia exercido qualquer outro mandato eletivo. Já em 1986, era líder do PMDB e do governo no Senado, cargo que ocupou prometendo ser leal à bancada e apoiar o governo, "mas não de forma incondicional".

Em 1966, Campos atuou na política estudantil como re-

presentante do Centro Acadêmico Afonso Pena na Congregação da Faculdade de Direito da UFMG e do Diretório Central dos Estudantes no Conselho Universitário da UFMG. Em 1968, foi presidente da Federação Mineira dos Servidores Públicos, um ano depois era vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e em 1975 foi procurador nacional do MDB em Brasília, função que exerceu até 1978.

Em entrevistas durante o ano de 1986, Alfredo Campos defendeu o mandato de seis anos para José Sarney, argumentando que só um plebiscito poderia reduzir o mandato do Presidente da República. Manifestou-se ainda favorável à eleição em dois turnos para governador e à adoção do parlamentarismo, sendo contrário à candidatura nata e à sublegenda para o Senado. A sua eleição para líder do PMDB, derrotando o hoje governador do Pará Hélio Gueiros por 15 votos a 10, foi considerada surpreendente, pois as pesquisas davam Gueiros como franco-favorito.

Há 18 anos no Senado, Nelson Carneiro começou a sua carreira política como constituinte em 1946 pela UDN. Foi líder do então MDB no governo Médici, e chegou a ser líder do PTB de Ivette Vargas — partido ao qual se filiou por discordar da incorporação do PP ao PMDB, e de onde saiu por não aceitar a decisão da Executiva de confiar ao ministro Antônio Carlos Magalhães a organização da agremiação na Bahia.

Como legislador, Nelson Carneiro sempre se dedicou às questões relacionadas com o direito do trabalho e da família — foi o autor da Lei do Divórcio — e preocupou-se com problemas sociais como os da criança e do idoso. Defensor do parlamentarismo, redigiu o Ato Adicional de 1961 que instituiu este sistema de governo a partir da crise gerada com a renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros.

Com 78 anos, baiano, Nelson Carneiro está no Congresso Nacional desde 1959 pelo Estado do Rio de Janeiro (à época, Estado da Guanabara). Entre as propostas que encaminhou estão a de revogação da cha-

mada Lei Falcão e a de extinção da Sublegenda na eleição de prefeito e senador. Já em 1983, defendia eleições diretas a partir da sucessão do então presidente João Figueiredo, com quem, em sua opinião, — manifestada em 1979 —, o MDB deveria dialogar, pois o momento era de conciliação. Também em 83, o senador propôs a constituição de uma comissão especial destinada a apresentar projeto revogando ou substituindo a Lei de Segurança Nacional.

Na Constituinte, o senador votou a favor de 4 anos para o presidente José Sarney, e em junho do ano passado defendeu a renúncia dos ministros do PMDB para que o partido pudesse assumir uma posição de independência em relação ao governo.

Na disputa para a presidência do Senado, Nelson Carneiro conta com o apoio dos setores mais progressistas.

AMIZADE

Trabalhar para que o Senado e o Congresso votem as leis ordinárias e complementares necessárias à efetiva eficácia da Constituição é a tarefa a que se propõe o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), candidato à presidência do Senado. Embora sua candidatura seja colocada em confronto com a do senador Alfredo Campos — que teria a preferência do presidente José Sarney, Nelson Carneiro faz questão de destacar que o seu ingresso na disputa não significa uma oposição ao Presidente:

"Na minha avaliação, o presidente do Senado e do Congresso exerce uma magistratura. E um cargo mais do que partidário, exige que sejam mantidas relações cordiais com o Executivo e o Judiciário".

O senador acrescenta que Sarney é presidente de honra do PMDB e diz que tem com ele uma amizade desde os tempos de UDN, uma convivência de quase 40 anos. E volta a falar de sua principal preocupação:

"É preciso fazer com que o Senado e o Congresso cumpram a Constituição. Há muita coisa a fazer, muitos textos não votados. Nós não progredimos nada, não fizemos as

leis complementares, porque logo depois da promulgação da Constituição vieram as eleições, e mais recentemente as medidas provisórias".

Nelson Carneiro acha fundamental que o Congresso assumisse as suas prerrogativas, e entende que a nova Mesa Diretora terá de "se debruçar sobre a nova Constituição para ver tudo o que é possível fazer, pois o Senado tem uma missão que não foi delineada completamente".

Outra prioridade, segundo o senador, é a votação dos regimentos comum e do Senado, para adaptá-los à realidade. Como exemplo, ele cita a fixação de 20 minutos para as intervenções das lideranças no plenário:

"Com doze líderes, acaba a sessão. O regimento é da época do bipartidarismo, e é preciso refazê-lo com base no pluripartidarismo. Os tumultos nas sessões do Congresso resultam das deficiências do regimento".

Nelson Carneiro lançou sua candidatura em outubro último. Ele diz que "fez chegar" a todos a notícia de que estava postulando o cargo, mas garante que não fez promessas e não assumiu compromissos, a não ser o de lutar pelo resgate das prerrogativas do Legislativo:

"Só acredito em eleição no dia seguinte" justifica-se.

Carneiro não admite a hipótese de perder na bancada, e diz que pelas manifestações recebidas, deve ter a maioria dos votos do PMDB. Sobre Alfredo Campos, afirma que é "um ilustre companheiro", e quanto à posição do presidente José Sarney, sustenta que é a de não-interferência no processo:

"Acredito que o Presidente não interferirá no processo. Ele tem se mantido distante, e ficará à margem. O assunto não diz respeito diretamente a ele, ao contrário do que ocorre na Câmara, cujo presidente substituirá eventualmente o presidente José Sarney".

Os resultados das duas últimas disputas para a presidência do Senado na bancada do PMDB mostram que não é fácil indicar com segurança o nome do vencedor: tanto em 1985 quanto em 1987, os eleitos foram considerados "azarões", conforme registro na imprensa da época.